

ASSEMBLEIA. Categoria decide manter greve na Ufal de Arapiraca

Professores se recusam a retomar atividades

Reitor lamenta decisão e alerta comunidade para prejuízos

PATRICIA BASTOS
REPÓRTER

Arapiraca – Após seis meses de greve devido à falta de segurança no campus da Ufal em Arapiraca, estudantes, professores e técnicos continuam irredutíveis. O reitor da universidade, Eurico Lôbo, esteve ontem em Arapiraca para tentar convencer a comunidade acadêmica a retornar as atividades, mas por 134 votos contra 77, as categorias decidiram pela continuidade da paralisação por tempo indeterminado.

“A gente quer voltar para o campus. Ninguém aguenta mais essa situação que já completa 178 dias [ontem]. Mas, para que a gente volte, é preciso que seja garantido um mínimo de segurança”, declarou o professor Cícero Adriano. Ele, com um grupo de professores, apresentou uma contraproposta para o termo de compromisso assinado pelo reitor Eurico Lôbo e governador Teotônio Vilela Filho na sexta-feira da semana passada.

O termo de compromisso prevê a desativação do Presídio Desembargador Luis de Oliveira Souza – pivô da crise no campus Arapiraca devido às fugas de presos – assim que a construção do novo presídio, no município de Craíbas, seja concluída. Estabelece também a construção de um muro em volta da unidade prisional, intensificação das rondas policiais e também portaria proibindo os agentes penitenciários de atirarem na direção do campus, em caso de fuga.

A contraproposta apresentada ontem durante a assembleia é de que o ter-



Reitor da Ufal, Eurico Lôbo tentou convencer a comunidade acadêmica a retomar atividades, mas não obteve êxito

mo de compromisso seja transformado em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), definindo punições para o Estado, caso os prazos para a conclusão do presídio de Craíbas e transferência dos presos sejam descumpridos, além de exigir também a colocação de mais uma cerca navalhada, câmeras de segurança no presídio e da universidade, além de melhorias na iluminação no local.

As duas propostas foram colocadas em votação e 22 professores, quatro técnicos e 51 alunos, votaram a favor do termo de compromisso e pelo retorno imediato das aulas no campus de Arapiraca. Já 41 professores, 11 técnicos e 82 alunos votaram pela continuidade da paralisação até que a contraproposta seja colocada em prática.

“Para nós, é importante que seja celebrado um TAC porque o Estado poderá ser punido se as promessas não forem cumpridas. Esse termo de compromisso não tem validade legal, não passa de

uma carta de intenções”, justificou Cícero Adriano.

Após a assembleia, o reitor Eurico Lôbo disse lamentar a “decisão soberana” da comunidade acadêmica, que segundo ele deverá ser informada ao Ministério da Educação. “Da mesma maneira que preciso informar sobre o retorno à normalidade nas outras unidades do interior e no campus de Maceió, é necessário produzir um relatório para informar ao MEC sobre a situação do campus de Arapiraca”, declarou.

Eurico Lôbo disse estar preocupado com o tempo que a paralisação está perdurando e teme que os prejuízos não sejam apenas para a comunidade

acadêmica. Segundo o reitor, além da paralisação de projetos de pesquisa, prazos para a concessão de bolsas acadêmicas e também para o calendário de aulas, a greve em Arapiraca poderá afetar até a formação de novas turmas.

“Essa paralisação afeta até mesmo a confiança da sociedade na Ufal, fazendo com que os jovens desistam de entrar na universidade. O campus de Arapiraca é um patrimônio local. É por isso que apelo a toda sociedade para que demonstre o desejo pelo retorno às aulas”, ressaltou.

“O governo deu encaminhamento a uma série de ações para obter um ambiente pacífico no campus, mas a decisão da assembleia é soberana. Eu lamento muito que a situação não tenha sido resolvida, principalmente porque eu vi um grande número de pessoas que querem o reinício das aulas, mas o grupo que é mais politizado mostrou que tem um poder de aglutinação maior”, declarou o reitor. ☉

;

Segurança

Parados há seis meses, professores exigem a elaboração de um TAC prevendo punição ao governo do Estado, caso descumpra o compromisso assinado com o reitor a Ufal